

3ºRTD-RJ-Reg. nº 785927

Emolumentos.....R\$	282,81
Distribuidor.....R\$	9,22
Atual(Acater).....R\$	6,69
FETJ.....R\$	34,40
Total.....R\$	333,12



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS E COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA DA
SEGUNDA EMISSÃO DE LF TEL S.A.

LF TEL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Chucri Zaidan 920, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.390.206/0001-09, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"); e

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 2232, 9º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 51.218.147/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Iguatemi");

LA FONTE PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 2232, 9º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 60.543.816/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("La Fonte Participações") e, em conjunto com Iguatemi, "Fiadoras"; e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, como agente fiduciário, nomeada nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar esta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Conversíveis e com Garantia Real e Fidejussória da Segunda Emissão de LF Tel S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com base nas deliberações (i) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 24 de maio de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 28 de maio de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil" em 8 de junho de 2004 ("AGE da Emissora"); (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 24 de maio de 2004, cuja ata foi

IESC

Guilherme B. Oliveira
Gerente Financeiro

ASSINADA EM PRESENCIA
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

18 OUT 2004 785927

32 OFÍCIO

22 OUT 2004 4389023

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS

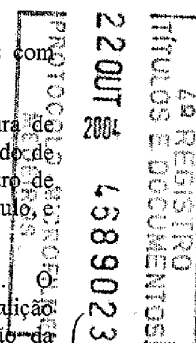


arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 8 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil" em 8 de julho de 2004; (iii) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 15 de setembro de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 20 de setembro de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil" em 17 de setembro de 2004; (iv) da reunião da diretoria da Iguatemi realizada em 24 de maio de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 4 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil" em 8 de julho de 2004; e (v) da reunião do conselho de administração da La Fonte Participações realizada em 24 de maio de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 23 de junho de 2004 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Gazeta Mercantil" em 8 de julho de 2004.

- 1.2 A AGE da Emissora autorizou o conselho de administração a (i) deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (ii) cancelar as Debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; e (iii) cancelar as Debêntures que forem adquiridas pela própria Emissora, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as Debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas outros que a Emissora.

II DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão e a distribuição pública das Debêntures serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão deverá ter sido (a) inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo; e (b) registrada nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
 - II. *registro do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo).* Contrato Penhor deverá ter sido (a) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Telemar Participações (conforme definido abaixo), nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei n.º 6.404/76; e (b) registrado nos competentes cartórios de registro de títulos e





documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

- III. *registro para distribuição no mercado primário.* A emissão deverá ter sido registrada para distribuição no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a subscrição liquidada pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP");
- IV. *registro para negociação no mercado secundário.* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio (a) do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC");
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ter sido registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, em atendimento ao termo 22 do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários de 16 de janeiro de 2002 ("Código de Auto-Regulação da ANBID").

III

DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária.

22 OUT 2003 4689023
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



IV

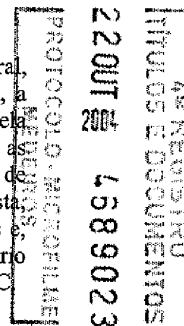
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão destinados para alongamento do perfil do passivo e redução do custo da dívida de curto prazo da Emissora e/ou das demais empresas do grupo econômico do qual a Emissora pertence, e o saldo remanescente permanecerá na caixa da Emissora (como reforço de caixa, de forma a permitir o desenvolvimento das suas atividades e prover a Emissora de liquidez adicional), aplicado conforme políticas de investimentos da Emissora, aguardando por oportunidade de uso.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão de Debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor total da emissão.* O valor total desta emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 5.3 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 5.4 *Quantidade.* Serão emitidas 1.000 (um mil) Debêntures.
- 5.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária (conforme definido abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.
- 5.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 5.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 5.8.1 *Limite de emissão.* A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76 tendo em vista que (i) o capital social da Emissora nesta data é de R\$642.116.888,10 (seiscentos e quarenta e dois





milhões, cento e dezesseis mil, oitocentos e oitenta e oito reais, e dez centavos); e (ii) a primeira emissão de debêntures da Emissora foi liquidada.

- 5.8.2 *Penhor de ações.* Nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado nesta data pela Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor"), o qual é parte integrante desta Escritura de Emissão, em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações, pecuniárias ou não, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, incluindo obrigações de pagar principal, juros, comissões, custos, indenizações, reembolsos e despesas, devidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão do Penhor (conforme definido abaixo) ("Obrigações"), a Emissora, constitui, em favor dos debenturistas, penhor sobre 160.000.000 (cento e sessenta milhões) ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão de Telemar Participações S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.107.946/0001-87 ("Telemar Participações"), livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza ("Ações Empenhadas"), cujo valor na data de assinatura do Contrato de Penhor, calculado nos termos do Contrato de Penhor, é de R\$109.951.787,13 (cento e nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e treze centavos), representando aproximadamente 4,66% (quatro inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do capital social votante e do capital social total da Telemar Participações ("Penhor").

- 5.8.2.1 A partir, inclusive, do 3º (terceiro) dia útil contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures e até a liquidação das Obrigações, a Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter empenhadas ações ordinárias de emissão da Telemar Participações no valor correspondente a, no mínimo, 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data do último pagamento da Remuneração, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), multiplicado pela quantidade de Debêntures emitidas, excluídas as Debêntures resgatadas ou canceladas e as que estejam mantidas na tesouraria da Emissora ("Saldo Devedor das Debêntures"), calculado pelo Agente Fiduciário de acordo com o Contrato de Penhor ("Limite Mínimo").

48 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
22 OUT 2013 15:58:30



5.8.3 *Fiança.* As Fiadoras, por esta Escritura de Emissão, obrigam-se, solidariamente, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 77 e 595 do Código de Processo Civil, obrigando-se pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor, incluindo quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais ("Fiança").

5.8.3.1 A Fiança é prestada pelas Fiadoras, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor.

5.8.3.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor.

5.8.3.3 As Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado por qualquer das Fiadoras nos termos da Fiança após os debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor.

5.9 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação dividida entre os regimes de garantia firme e de melhores esforços, conforme previsto no contrato de coordenação a ser celebrado entre a Emissora e os coordenadores desta emissão ("Coordenadores"), não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, privilegiando os Coordenadores e, em seguida e independentemente de qualquer ordem cronológica, os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, sendo certo que a distribuição somente será realizada se forem colocadas, no mínimo, 500 (quinhentas) Debêntures.

5.10 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespa Fix.

22 OUT 2011 4589023
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



- 5.11 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2004 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2010 ("Data de Vencimento").
- 5.13 *Prazo de subscrição.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.
- 5.14 *Forma de subscrição e de integralização.* A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional.
- 5.15 *Preço de subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição").
- 5.16 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 4 (quatro) parcelas iguais, anuais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de junho de 2007 e o último, na Data de Vencimento ("Amortizações").
- 5.17 *Remuneração.* Sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros remuneratórios equivalentes a 115% (cento e quinze por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
- 5.17.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento.
- 5.17.2 *Fórmula de cálculo da Remuneração.* A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1], \text{ onde:}$$



JR = valor da Remuneração a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = saldo do Valor Nominal unitário no início de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

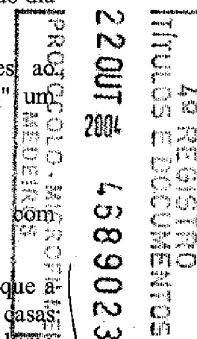
d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = 115,00 (cento e quinze).

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S/100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S/100)]$, sendo que cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



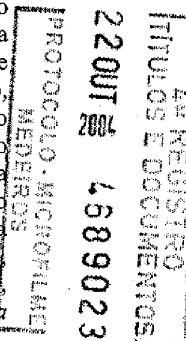


A Taxa DI deverá ser utilizada considerando ~~idêntico~~ número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo entre 2 (duas) datas de pagamento da Remuneração, sendo que o primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento da Remuneração. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento da Remuneração do Período de Capitalização anterior e término na data de pagamento da Remuneração subsequente, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.17.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.17.4 abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

5.17.4 No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembléia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Emissora na assembléia geral de debenturistas mencionada nesta Cláusula, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"), acrescida do percentual da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo saldo





do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a Taxa Selic, acrescida do percentual da Remuneração aplicável. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. As Fiadoras desde já concordam com o disposto nesta Cláusula, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam em firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

5.18 *Repactuação.* Não haverá repactuação.

5.19 *Resgate antecipado facultativo ou amortização antecipada facultativa.* A partir de 1º de junho de 2007 (inclusive), e com aviso prévio de 60 (sessenta) dias da data do evento, a Emissora poderá promover (i) o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sendo o resgate parcial realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo que para as debêntures registradas na CETIP, o resultado do sorteio, realizado na presença do Agente Fiduciário, dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND, no mercado secundário; ou (ii) a amortização antecipada do saldo do Valor Nominal; desde que, em qualquer dos casos acima, a Emissora pague aos titulares das Debêntures prêmio de reembolso equivalente a (a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do resgate ou da amortização para os resgates ou amortizações realizados até 31 de dezembro de 2007; ou (b) 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do resgate ou da amortização para os resgates ou amortizações realizados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008; ou (c) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do resgate ou da amortização para os resgates ou amortizações realizados entre 1º de janeiro de 2009 e a Data de Vencimento.

5.20 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão,





observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 5.21 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido ("Encargos Moratórios"), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 5.22 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 5.23 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes a todos e quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 5.23.1 Caso qualquer debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.
- 5.24 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados (i) pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou

49 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
22 OUT 2002 4689023



domingos, ou (ii) pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos, ou com feriados bancários na Cidade de São Paulo.

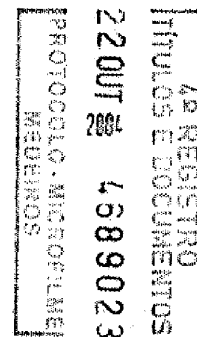
- 5.25 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de aviso, no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", veículos em que a Emissora realiza suas publicações ordenadas pela Lei n.º 6.404/76, e por meio do site da Emissora (www.lftcl.com.br) na Internet, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.
- 5.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico (aplicável apenas quando o endereço abaixo indicar correio eletrônico) serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

I. para a Emissora:

LF Tel S.A.
Av. Dr. Chucri Zaidan 920, 16º andar
04583-110 São Paulo, SP
At.: Alexandre Jereissati Legey
Telefone: (11) 3048 7284
Fac-símile: (11) 3048 7066

II. para a Iguatemi:

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.
Av. Brig. Faria Lima 2232, 9º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Aparecido Carlos Correia Galdino
Telefone: (11) 3048 7268
Fac-símile: (11) 3048 7292





III. para a La Fonte Participações:

La Fonte Participações S.A.
Av. Brig. Faria Lima 2232, 9º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Carlos Francisco Ribeiro Jerzissati
Telefone: (11) 3048 7021
Fac-símile: (11) 3048 7066

IV. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Av. das Américas 4200, Sala 514, Bloco 4
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fac-símile: (21) 3385 4046
Correio Eletrônico: pentagono@pentagonotrustee.com.br

V. para a Instituição Depositária:

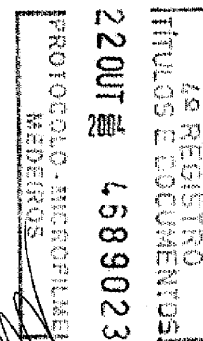
Banco Itaú S.A.
Diretoria de Serviços para Mercado de Capitais
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707, 9º andar
04344-902 São Paulo, SP
At.: Superintendência de Serviços para Empresas
Telefone: (11) 5029 1317
Fac-símile: (11) 5029 1917

VI. para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP
Rua Líbero Badaró 425, 24º andar
01009-000 São Paulo, SP
At.: Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111 1596
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

VII. para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC
Rua XV de Novembro 275, 5º andar
01013-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Acompanhamento de Empresas
Telefone: (11) 3233 2222
Fac-símile: (11) 3233 2061
Correio Eletrônico: gae@bovespa.com.br





- 5.27 *Instituição depositária.* A instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures, será o Banco Itaú S.A. ("Instituição Depositária").

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 6.1 *Vencimento antecipado automático.* Observado o disposto na Cláusula 6.3 abaixo e sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, podendo ser exigido o pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (e, no caso do inciso I abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.3 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- I. não pagamento, pela Emissora, das Amortizações, do saldo do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- II. (a) decretação de falência da Emissora, de qualquer das Fiadoras, da Telemar Participações, da Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") e/ou de qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado; ou (b) dissolução e/ou liquidação da Emissora, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei n.º 6.404/76, de qualquer das Fiadoras, da Telemar Participações, da TNL, da TMAR e/ou de qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado, ressalvado o disposto no inciso VIII da Cláusula 6.2 abaixo; ou (c) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora, por qualquer das Fiadoras, pela Telemar Participações, pela TNL, pela TMAR e/ou por qualquer de suas controladas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado (ou, relativamente a qualquer um dos casos deste inciso, qualquer procedimento judicial análogo previsto na legislação que substituirá ou complementar a atual legislação sobre falências e concordatas); ou
- III. pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação

22 OUT 2007 4589023
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores referentes às Debêntures.

6.2 *Vencimento antecipado sujeito à deliberação dos debenturistas.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.2.1 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se (a) o descumprimento tiver sido sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento; ou (b) cumulativamente, o descumprimento (i) tiver sido justificado no mesmo prazo a que se refere a alínea (a) acima; e (ii) não resultar, a qualquer tempo, no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da emissão das Debêntures fixada para os fins da emissão das Debêntures e constante do anúncio de início de distribuição das Debêntures ou em uma classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, inferior a brBBB- em escala nacional, conforme determinado pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's e Fitch, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica a qualquer outro inciso desta Cláusula ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nos demais incisos desta Cláusula;
- II. não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista no Contrato de Penhor, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento, sendo certo que o prazo de cura previsto neste inciso não se aplica (a) à obrigação de manutenção do Limite Mínimo; ou (b) a qualquer cláusula ou a qualquer outra hipótese prevista no Contrato de Penhor cujo inadimplemento tenha outro prazo estabelecido para ser sanado;
- III. o Contrato de Penhor (incluindo seus aditamentos) (a) não for constituído nos termos da lei e das Cláusulas 1ª, 2ª e 3ª do Contrato de Penhor; (b) for anulado; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

PROTÓCOLO MICROFILME
DEBÊNTURES

22007
4589023



- IV. realização, pela Emissora, de operação, negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social que resulte, a qualquer tempo, (i) no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da emissão das Debêntures fixada para os fins da emissão das Debêntures e constante do anúncio de início de distribuição das Debêntures além de 2 (dois) níveis de classificação (*notches*); ou (ii) em uma classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, inferior a brBBB- em escala nacional, conforme determinado pelas agências de classificação de risco Standard & Poor's e Fitch;
- V. mudança do objeto social da Emissora na qual acionistas exerçam seu direito de recesso;
- VI. aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Emissora;
- VII. as declarações previstas nas Cláusulas 10.1 e/ou 10.2 abaixo provarem-se falsas, enganosas em qualquer aspecto relevante;
- VIII. caso (a) o controle, direto ou indireto, da Emissora detido pelos seus atuais controladores seja alterado (de forma que os atuais controladores percam o controle), alienado ou transferido; (b) o controle, direto ou indireto, de qualquer das Fiadoras detido pelos seus atuais controladores seja alterado (de forma que os atuais controladores percam o controle), alienado ou transferido; (c) a participação da Emissora na Telemar Participações seja reduzida a quantidade igual ou inferior a 10% (dez por cento) das ações ordinárias nominativas; (d) o controle da TNL detido pela Telemar Participações seja alterado (de forma que a Telemar perca o controle), alienado ou transferido; (e) o controle da TMAR detido pela TNL seja alterado (de forma que a TNL perca o controle), alienado ou transferido; (f) o controle de qualquer das prestadoras de serviço telefônico fixo comutado detido pela TMAR seja alterado (de forma que a TMAR perca o controle), alienado ou transferido. Para os fins deste inciso, "controle" significa 50% (cinquenta por cento) mais um das ações com direito a voto de emissão da companhia em questão. Fica desde já ressalvado que o disposto neste inciso não se aplica às hipóteses de reorganizações societárias entre duas ou mais das seguintes empresas ou entre uma das seguintes empresas e uma sociedade cuja totalidade do capital social seja de titularidade de quaisquer das seguintes empresas: Telemar Participações, TNL, e TMAR e suas controladas, que não alterem o percentual de participação da Emissora (10% (dez por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão da Telemar Participações) em companhia que detenha o controle, direto ou indireto, da concessionária prestadora de serviço telefônico fixo

PROTÓCOLO MICROFILME
MEDIOS

22 OUT 2003 4589023

4º REVISITOU
TÍTULOS E DOCUMENTOS



comutado na Região I a que se refere o Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998;

- IX. perda, pela TMAR, da concessão para a prestação de serviço telefônico fixo comutado, representando uma redução superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da TNL;
- X. mudança da política de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de participação nos lucros da Telemar Participações, da TNL e/ou da TMAR que afete, de maneira significativa e adversa, a capacidade de pagamento da Emissora;
- XI. alienação, por qualquer das Fiadoras, de ativos cujo valor, agregado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ou individual, seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido da respectiva Fiadora na data da respectiva alienação;
- XII. vencimento antecipado de qualquer dívida (a) da Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM") (ou seu contravalor em outras moedas); e/ou (b) de qualquer das Fiadoras cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas);
- XIII. falta de pagamento, (a) pela Emissora, de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), não regularizado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação; e/ou (b) por qualquer das Fiadoras, de quaisquer dívidas líquidas, certas e exigíveis, como e quando tal dívida venha a vencer, observado qualquer período de carência aplicável, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), não regularizado em até 30 (trinta) dias, a contar do inadimplemento da obrigação;
- XIV. protesto legítimo de títulos contra (a) a Emissora, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas); e/ou (b) qualquer das

22 OUT 2003 4.589023
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Fiadoras, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas); salvo se, em qualquer dos casos deste inciso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

XV. condenação (a) da Emissora, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), excluindo depósitos judiciais ou outras medidas adequadas para garantia do juízo; e/ou (b) de qualquer das Fiadoras, em qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou conjunto de decisões ou sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM (ou seu contravalor em outras moedas), excluindo depósitos judiciais ou outras medidas adequadas para garantia do juízo;

XVI. falta de enquadramento da Emissora, ao final de cada trimestre de seu exercício social em que existirem Debêntures em Circulação, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Emissora, considerando-se os números da controladora, preparadas e entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nas alíneas (a) e (b) do inciso I da Cláusula 7.1 abaixo:

- (a) a razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido igual ou inferior a (i) 0,3 (três décimos) ao final de cada trimestre civil até o último trimestre civil de 2007; (ii) 0,25 (vinte e cinco centésimos) ao final de cada trimestre civil de 2008; e (iii) 0,2 (dois décimos) ao final de cada trimestre civil entre 2009 e a Data de Vencimento; e
- (b) Dívida Líquida igual ou inferior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), neste valor já incluídas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM, ao final de cada trimestre civil até a Data de Vencimento; ou

22 OUT 2007
42 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



XVII. falta de enquadramento das Fiadoras, ao final de cada trimestre de seu exercício social até a Data de Vencimento, dentro dos seguintes índices e limites financeiros, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras das Fiadoras, preparadas e entregues pelas Fiadoras ao Agente Fiduciário de acordo com o disposto nos incisos I e II da Cláusula 7.2 abaixo, no caso da Iguatemi, ou nos incisos I e II da Cláusula 7.3 abaixo, no caso da La Fonte Participações:

- (a) Dívida Líquida da Iguatemi igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do seu Patrimônio Líquido, considerando-se os números consolidados; e
- (b) Dívida Líquida da La Fonte Participações igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do seu Patrimônio Líquido, considerando-se os números da controladora.

Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Patrimônio Líquido" é o valor indicado na conta com esta denominação nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, ou, no caso da Iguatemi, nas demonstrações financeiras encaminhadas ao Agente Fiduciário.

"Dívida Líquida" é o passivo com instituições financeiras, acrescido de títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos e confissão de dívidas junto a entidades de previdência privada, subtraindo-se as disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários).

- 6.2.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.7.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.3 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.1 ou 6.2.1 acima, e sem prejuízo de qualquer outra medida prevista nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, incluindo a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança e/ou a excussão, judicial ou, conforme previsto no Contrato de Penhor, extrajudicial, do

22 OUT 2013
4389023
42 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



Penhor, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso I da Cláusula 6.1 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação por meio de carta com protocolo ou aviso de recebimento comunicando o vencimento antecipado, indicando expressamente o evento de vencimento antecipado que levou à sua declaração e solicitando o pagamento a que se refere esta Cláusula, enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

VII

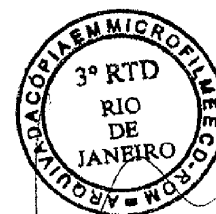
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas – controladora e consolidada – relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.2 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras com revisão limitada nos termos das normas da CVM – controladora e consolidada – relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.2

22001 4989023
49 REGISTRADO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



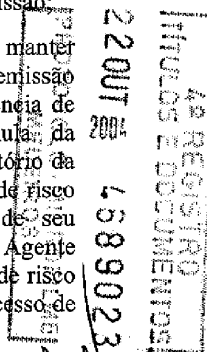
acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere o inciso XVI da Cláusula 6.2 acima;

- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias, atas de assembléias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal da Emissora, da Telemar Participações, da TNL ou da TMAR que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ou, se ali não previstos, na mesma data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) informações sobre a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado ou sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de quaisquer cláusulas, termos ou condições (i) desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Penhor imediatamente; e (ii) de quaisquer contratos relevantes às suas respectivas atividades, no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data do descumprimento;
 - (f) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada; e
 - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- III. manter e fazer com que suas controladas mantenham, todas as licenças operacionais, ambientais, de funcionamento e demais licenças, em qualquer caso essenciais à consecução e desenvolvimento de seu objeto social;





- IV. manter em dia o pagamento ou questionar, de boa-fé e com razoáveis fundamentos de direito, nas competentes esferas administrativa e/ou judicial, todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária e ambiental e quaisquer outras obrigações impostas por lei, comprovando ao Agente Fiduciário, por meio de documento hábil, sempre que exigido, o cumprimento destas obrigações;
- V. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- VI. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, observando as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- VII. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para prestar esse serviço;
- VIII. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e Bovespa Fix) e a agência de classificação de risco prevista nesta Escritura de Emissão;
- IX. contratar para o início da distribuição pública das Debêntures e manter atualizada, pelo menos anualmente, a classificação de risco da emissão das Debêntures, bem como (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação da classificação de risco concedida à emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- X. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos das Cláusulas 8.4.1 e 8.4.2 abaixo;

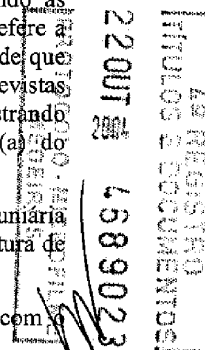




- XI. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Emissora;
- XII. comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e
- XIII. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor, praticando todos os atos para que o Penhor permaneça válido e eficaz e o Limite Mínimo seja observado até o cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor.

7.2 A Iguatemi está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:

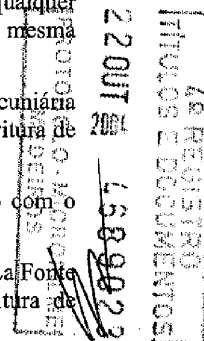
- I. no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas – consolidadas – relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (a) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (a) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima;
- II. no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras com revisão limitada nos termos das normas da CVM – consolidadas – relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (a) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (a) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima;
- III. informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- IV. informações sobre alterações estatutárias ocorridas de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão; e
- V. todos os demais documentos e informações que a Iguatemi, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.

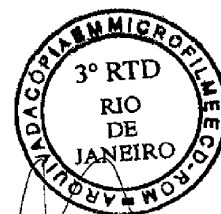




7.3 A La Fonte Participações está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:

- I. no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas – controladora – relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (b) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (b) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima;
- II. no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras com revisão limitada nos termos das normas da CVM – controladora – relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (b) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites a que se refere a alínea (b) do inciso XVII da Cláusula 6.2 acima;
- III. as informações previstas na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- IV. informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- V. informações sobre alterações estatutárias ocorridas de acordo com o previsto nesta Escritura de Emissão; e
- VI. todos os demais documentos e informações que a La Fonte Participações, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.

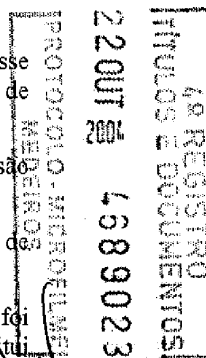




VIII
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei, que:

- I. não tem qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;
- IV. está ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- V. está ciente do disposto na Cláusula III do "Instrumento Particular de Acordo de Acionistas da Telemar Participações S.A. para Regular Direito de Preferência" celebrado em 28 de julho de 1999 ("Acordo de Preferência"), e que as condições ali previstas constam, de forma clara e inequívoca, no Prospecto;
- VI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983;
- VII. verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- IX. verificou a regularidade do Penhor, concluindo que (a) o Penhor foi regularmente constituído; (b) o Contrato de Penhor constitui instrumento válido e executível de acordo com os seus termos e de acordo com os termos do Acordo de Preferência; e (c) o valor das ações de emissão da Telemar Participações empenhadas é suficiente





para garantir as obrigações da Emissora, na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Penhor e nesta Escritura de Emissão;

- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.
- 8.1.1 O Agente Fiduciário obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos debenturistas e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1 acima.
- 8.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.1 acima, o Agente Fiduciário compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.
- 8.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 8.3 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 8.4 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:
- I. parcelas trimestrais de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) parcela devida na data da assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos trimestres posteriores;
- II. as parcelas a que se refere o inciso I acima serão reajustadas anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do IGPM, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo. Os honorários serão devidos

22 OUT 2011 4689023
PROTOCOLO - MICROFILMEADO
MEDIADOS
TÍTULOS E DOCUMENTOS



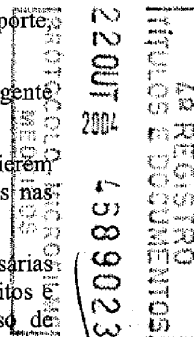
mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e

- III. a remuneração será acrescida do Imposto Sobre Serviços (de Qualquer Natureza – ISS, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário (excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.4.1 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.4.2 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. No caso de inadimplemento pela Emissora de obrigação de pagar, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora





e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

8.5 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão e averbado na Junta Comercial do local de registro desta Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos

ARRECADAR
TÍTULOS E DOCUMENTOS
22 OUT 2004 15:58:30
PROTÓCOLO MICROFILME
MEDEIROS

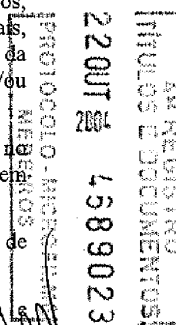


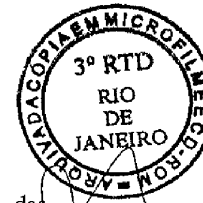
requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores;

- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário, salvo se a assembléia geral de debenturistas que nomear o substituto deliberar sobre a matéria. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas;
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços; e
- VII. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.6 Além dos deveres e atribuições previstos em lei, nas disposições regulamentares, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VII da Cláusula 8.1 acima;





- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso VIII da Cláusula 8.1 acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. verificar a regularidade da constituição, conforme já verificado nos termos da declaração prevista no inciso IX da Cláusula 8.1 acima, da manutenção da suficiência e da exequibilidade do Penhor e o cumprimento das disposições do Contrato de Penhor pela Emissora, na forma e periodicidade ali previstas, especialmente a obrigação de observar o Limite Mínimo de acordo com o previsto no Contrato de Penhor;
- XII. examinar a proposta de substituição das ações de emissão da Telemar Participações objeto do Penhor, manifestando sua expressa e justificada concordância, observados os termos do Contrato de Penhor e a prévia aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia convocada especialmente para este fim;
- XIII. intimar a Emissora a reforçar o Penhor na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- XIV. autorizar a liberação do Penhor, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- XV. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da fazenda pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da fazenda pública, relativas à Emissora, na localidade onde se encontra a sede do estabelecimento principal da Emissora ou em qualquer outra localidade;





- XVI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XVII. convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei n.º 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- XVIII. comparecer à assembleia de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIX. elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, relativos aos exercícios sociais da Emissora e ao primeiro, segundo e terceiro trimestres dos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, pagamento das Amortizações, do saldo do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1 e 6.2 acima; e

48 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
22 OUT 2009 4589023
PROTÓCOLO MICROFILME
MEDEIROS



- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XX. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIX acima aos debenturistas da seguinte forma: (i) relatório relativo ao exercício social anterior, até o dia 30 de abril de cada ano; (ii) relatório relativo ao primeiro trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de maio de cada ano; (iii) relatório relativo ao segundo trimestre de cada exercício social, até o dia 31 de agosto de cada ano; e (iv) relatório relativo ao terceiro trimestre de cada exercício social, até o dia 30 de novembro de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (c) na CVM;
 - (d) na Bovespa e na CETIP; e
 - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- XXI. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.25 acima, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIX acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XX acima;
- XXII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a CETIP, a CBLC e a Instituição Depositária a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos debenturistas;
- XXIII. coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXIV. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas

4* RECEBIMOS
TÍTULOS E DOCUMENTOS
22 OUT 2014 15:58:023
PROTOCOLO MICROFILME
REDEMIOS



junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXVI abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;

XXV. comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXVI abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão; e

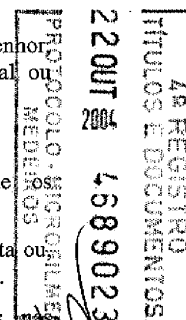
XXVI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Penhor, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) à Bovespa e à CETIP; e
- (c) à Emissora.

8.7 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos e de acordo com os procedimentos previstos nas Cláusulas 6.1, 6.2, 6.2.1 e 6.3 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.1 e 6.2 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar a Fiança e/ou, observado o disposto no Contrato de Penhor, executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os debenturistas em processos de falência, concordata ou se for o caso, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.7.1 Observadas as hipóteses e adotados os procedimentos previstos nas Cláusulas 6.1, 6.2, 6.2.1 e 6.3 acima, conforme aplicáveis, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV da Cláusula 8.7 acima se, convocada



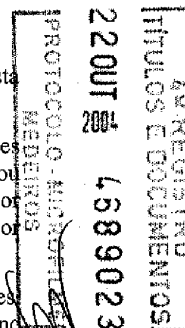


a assembleia de debenturistas, esta assim autorizada por deliberacao da unanimidade das Debentures em Circulacao. Na hipotese do inciso V da Clausula 8.7 acima, sera suficiente a deliberacao dos debenturistas que representem a maioria das Debentures em Circulacao.

IX

DA ASSEMBLEIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debentures poderao, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre materia de interesse da comunhao dos debenturistas.
- 9.2 A assembleia dos debenturistas podera ser convocada pelo Agente Fiduciario, pela Emissora, por debenturistas que representem, no minimo, 10% (dez por cento) das Debentures em Circulacao, ou pela CVM.
- 9.3 A assembleia de debenturistas se instalara, em primeira convocacao, com a presenca de debenturistas que representem a metade, no minimo, das Debentures em Circulacao e, em segunda convocacao, com qualquer quorum.
- 9.4 A presidencia da assembleia cabera ao debenturista eleito pelos titulares das Debentures ou aquele que for designado pela CVM.
- 9.5 Nas deliberacoes da assembleia, a cada Debenture em Circulacao cabera um voto, admitida astituicao de mandatario, debenturista ou nao. Observado o disposto na Clausula 9.5.1 abaixo, as deliberacoes a serem tomadas em assembleia geral de debenturistas dependerao de aprovacao de debenturistas que representem, no minimo, a maioria das Debentures em Circulacao.
- 9.5.1 Nao estaao incluidos no quorum a que se refere a Clausula 9.5 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Clausulas desta Escritura de Emissao;
 - II. observado o disposto no inciso III abaixo, quaisquer modificacoes (a) nas condicoes das Debentures; (b) nesta Escritura de Emissao; e/ou (c) no Contrato de Penhor, que deverao ser aprovadas por debenturistas representando, no minimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debentures em Circulacao;
 - III. alteracao do prazo de vigencia e/ou da Remuneracao das Debentures que deverao ser aprovadas por debenturistas representando, no minimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debentures em Circulacao; e





- IV. alteração de qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se: Debêntures em Circulação a totalidade das Debêntures emitidas, excetuadas as Debêntures pertencentes à Emissora, a qualquer das Fiadoras ou a qualquer controlada, direta ou indireta, ou a qualquer coligada da Emissora ou das Fiadoras, ou a seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.
- 9.6.1 Não obstante o disposto na Cláusula 9.6 acima, para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas também serão excluídos os votos em branco.
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76 sobre a assembléia geral de acionistas.

X

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS FIADORAS

10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionados às Debêntures, ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, bem como a colocação das Debêntures, a Fiança e o Penhor não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte





(incluindo o Acordo de Preferência); ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data e pelo Penhor; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- V. os prospectos preliminar (se for o caso) e definitivo ("Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora, das Fiadoras e de suas respectivas controladas, diretas e indiretas, e suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora, das Fiadoras e de suas respectivas controladas, diretas e indiretas; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora, às Fiadoras e às suas respectivas controladas, diretas e indiretas, foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 30 de junho de 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e das Fiadoras e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. exceto se de outra forma informado nos Prospectos, está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. ressalvadas as obrigações, informadas nos Prospectos, que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, está, e suas controladas, diretas e





indiretas, estão, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;

- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem:
- (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou
 - (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, nas Fiadoras ou nas suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, nas suas respectivas condições financeiras ou atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou o Contrato de Penhor;
- XI. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra a Emissora, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da Emissora, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- XII. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e às suas controladas a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- XIII. é legítima e única proprietária das Ações Empenhadas, que estão livres e desembaraçadas qualquer ônus, gravame, judicial, extrajudicial, ou fiscal, restrição, cessão, penhora ou condição de qualquer natureza que possa, de qualquer forma, prejudicar, obstar, inviabilizar ou invalidar o Penhor e/ou o pleno exercício dos direitos e prerrogativas previstos no Contrato de Penhor, exceto pelo penhor sobre parte das Ações Empenhadas (105.066.001 (cento e cinco milhões, sessenta e seis mil e um) ações) constituído nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado em 29 de março de 2004 entre a

22007 200 4589023

RECEBIMOS
TÍTULOS E DOCUMENTOS



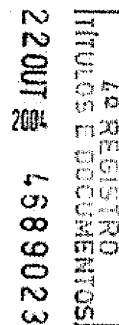
Emissora e Banco Votorantim S.A. ("Contrato de Mútuo"), obrigando-se a Emissora a, na Data de Integralização, quitar o Contrato de Mútuo e liberar tal penhor.

10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretirável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, incompleta ou incorreta.

10.2 Cada uma das Fiadoras neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a Fiança e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão, a Fiança e as obrigações aqui previstas constituem obrigações de cada uma das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e da Fiança e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual cada uma das Fiadoras (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face de cada uma das Fiadoras (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), nem resultarão em:
(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem de qualquer uma das Fiadoras (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
(c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os Prospectos (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes





necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das Debêntures, da Emissora e Fiadoras e suas respectivas controladas, diretas e indiretas, e suas respectivas atividades e situação econômico-financeiras, dos riscos inerentes às atividades da Emissora, das Fiadoras e de suas respectivas controladas, diretas e indiretas; (b) não contém declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;

- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Emissora, às Fiadoras e às respectivas suas controladas, diretas e indiretas, foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- VII. as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2002 e 31 de dezembro de 2003 e aos períodos encerrados em 30 de junho de 2003 e 30 de junho de 2004 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e das Fiadoras e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. exceto se de outra forma informado nos Prospectos, está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. ressalvadas as obrigações, informadas nos Prospectos, que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito, está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; e
- X. ressalvadas as contingências informadas nos Prospectos, inexistem:
 - (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou
 - (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, nas Fiadoras ou nas suas respectivas controladas, diretas ou indiretas, nas suas respectivas condições financeiras ou atividades; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar,

22 OUT 2004 14:58:9023
4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou o Contrato de Penhor;

- XI. não há, nesta data, (a) quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra a respectiva Fiadora, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (b) dívida vencida e não paga de responsabilidade da respectiva Fiadora, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; e
- XII. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Fiadora e às suas controladas a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento.

10.2.1 Cada uma das Fiadoras obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.2 acima.

10.2.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2.1 acima, cada uma das Fiadoras compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso qualquer das declarações aqui prestadas torne-se inverídica, incompleta ou incorreta.

XI DAS DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, da Fiança e do Penhor, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Fiança e ao Penhor.

PROTOCOLADO EM MICROFILME
22 OUT 2003 16:58:50
49 REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS



XII DA RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XIII DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, das Debêntures e da Fiança comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

18 OUT 2004 785927

ARQUIVADA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO CAPITAL - RJ

XV
DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 14 de outubro de 2004

LF TEL S.A.

Nome: ALEXANDRE SEREISSATI LEBEY
Cargo: DIRETOR - GERENTE

Nome: APARECIDO CARLOS CORREIA GALDINO
Cargo: DIRETOR - GERENTE

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.

Nome: SERGIO BERNSTEIN
Cargo: VICE - PRESIDENTE

Nome: APARECIDO CARLOS CORREIA GALDINO
Cargo: DIRETOR - GERENTE

LA FONTE PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: SERGIO BERNSTEIN
Cargo: VICE - PRESIDENTE

Nome: APARECIDO CARLOS CORREIA GALDINO
Cargo: DIRETOR - GERENTE

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Maurício da Costa Ribeiro
Cargo: Diretor

Nome: LIVIA DOS SANTOS AEBEL
Cargo: PROCURADORA

Testemunhas:

Nome: ALESSANDRO CARLOS M. TORRES
Id.: 77841494-5

Nome: THAIS AZEVEDO DE MENDONÇA
Id.: 09712900-1 TFP



42

3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de Protocolo e data apódox mecanicamente. O QUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/>	Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input type="checkbox"/>	Miriam Sant'Ana Castelpoggi	- Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Christina M. I. Marques da Silva	- Escrevente Substituta
<input type="checkbox"/>	Ricardo V. Mouzinho Antunes	- Escrevente Substituto



4º Oficial de Registros de Títulos e Documentos
e Civil de ~~Pessoa Jurídica~~
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo
Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro

Apresentado hoje, protocolado e registrado
em microfilme sob n.º **4689023**

São Paulo, **22 OUT 2004**

Escrevente Autorizado

05712400

Emol..... 5.048,24
Estado/RC/TJ: 1.966,16
Ipsesp..... 1.062,79
TOTAL..... 8.077,19
SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA

